

**MAIÊUTICA
URBANIDADES**



UNIASSELVI

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
LEONARDO DA VINCI**

Rodovia BR 470, Km 71, nº 1.040, Bairro Benedito
89130-000 - INDAIAL/SC
www.uniassevi.com.br

REVISTA MAIÊUTICA

Urbanidades

UNIASSELVI 2017

Presidente do Grupo UNIASSELVI

Prof. Pedro Jorge Guterres Quintans Graça

Reitor da UNIASSELVI

Prof. Hermínio Kloch

Pró-Reitora de Ensino de Graduação Presencial

Profa. Marilda Regiani Olbrzymek

Pró-Reitora de Ensino de Graduação a Distância

Prof.^a Francieli Stano Torres

Pró-Reitor Operacional de Graduação a Distância

Prof. Hermínio Kloch

Diretor Executivo Unidades Presenciais

Prof. Ivan Carlos Hort

Diretor de Educação Continuada

Prof. Carlos Fabiano Fistarol

Editor da Revista Maiêutica

Prof. Luis Augusto Ebert

Comissão Científica

Cassandra Helena Faes

Marcelo Danieski

Luis Augusto Ebert

Camila Zirr Passold

Editoração e Diagramação

Kelly Christina Malkovski

Capa

Leticia Andressa Gumz Sabino

Cleo Schirmann

Revisão Final

Bianca Suliee Korc Corrêa

Aline Fernanda Guse

Publicação On-line

Propriedade do Centro Universitário Leonardo da Vinci

Apresentação

Apresentamos em primeira mão, a primeira edição da Revista Maiêutica: Urbanidades. O conteúdo da revista é oriundo de trabalhos acadêmicos, pesquisas de iniciação científica, projetos de ensino, experiências de estágio ou de notório valor acadêmico, que foram elaborados de forma individual ou em grupos de trabalho.

Assim, a revista traz à tona, aspectos de essencial valor social e ambiental, no que tange a todos os pilares relacionados ao desenvolvimento sustentável das cidades e seu entorno, além de um espaço dedicado aos profissionais, arquitetos e urbanistas, que desejaram compartilhar saberes e experiências práticas de sucesso.

Como espaço privilegiado para publicações de cunho científico, tem como missão intensificar e divulgar a produção didático-científica de acadêmicos e professores dos cursos relacionados ao tema, e que apresentem interesse em publicar artigos na área, cumprindo também o importante papel de tornar acessível à comunidade o que se produz de conhecimento em nosso Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI.

Esta publicação evidencia a importância de pesquisar, analisar, refletir, aprofundar, socializar os resultados e trocar ideias e assim enriquecer o mundo acadêmico com saberes diferentes. Afinal, o nome Maiêutica relembra o conceito socrático de que é preciso trazer as ideias à luz, fazer nascer o conhecimento, confirmando a dialética necessária da construção da sabedoria humana.

Assim, convidamos você a ler a Revista Maiêutica: Urbanidades e desejamos que os artigos aqui disponibilizados possibilitem reflexões sobre temas relacionados diretamente à sua atuação profissional.

Boa leitura!

Profa. Cassandra Helena Faes
Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo



SUMÁRIO

**1 ACRESCENTE PREOCUPAÇÃO COMA QUALIDADE DEVIDADO TRABALHADOR:
uma abordagem sob a ótica do planejamento do território - The growing concern for the
quality of worker's life: an approach from the point of view of territorial planning**

José Emidio de Barros Filho 7

**2 ACESSIBILIDADE DE CADEIRANTES – MUSEU DA ÁGUA DE BLUMENAU/SC
Accessibility of wheelchairs - Blumenau Water Museum / SC**

Camila Gabriela Schwabe

Evely Mendes Duarte

Jéssica Bassani dos Santos

Vanessa Bertelli

Marcelo Danielski 11

**3 SUSTENTABILIDADE GLOBAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL -Global
sustainability and local development**

Vitor Hugo Serrer Ferreira 21

A CRESCENTE PREOCUPAÇÃO COM A QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR: uma abordagem sob a ótica do planejamento do território

The growing concern for the quality of worker's life: an approach from the point of view of territorial planning

José Emidio de Barros Filho¹

Resumo: É peculiar tratar o assunto qualidade de vida do trabalhador sob a ótica da capacidade laboral física e mental do ser humano e das políticas empresariais visando à produtividade. Neste artigo aborda-se a qualidade de vida do trabalhador extraempresa. Sob a ótica da organização do território onde está a sua moradia e abordando aspectos como mobilidade, lazer e qualificação ambiental, os Planos de Ordenamento Territorial pretendem qualificar os ambientes e assim proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos da cidade e do campo. O processo inicia-se pela construção de um Plano Diretor, que deve permitir o direito à qualidade de vivência na cidade e da sua moradia. Esta abordagem aponta para um avanço significativo na qualidade de vida das pessoas. Políticas públicas estão sendo desenvolvidas para proporcionar a qualidade de vida destas populações urbanas e também rurais.

Palavras-chave: Qualidade de vida do trabalhador. Qualidade de vida nas cidades. Plano diretor.

Abstract: It is peculiar to treat the subject of quality of life of the worker from the point of view of the physical and mental work capacity of the human being and of the business policies aiming at productivity. This article addresses the quality of life of the extra-corporate worker. From the point of view of the organization of the territory where the dwelling is located and addressing aspects such as mobility, leisure and environmental qualification, the Territorial Planning Plans intend to qualify the environments and thus provide a better quality of life for the citizens of the city and the countryside. The process begins with the construction of a Master Plan, which should allow the right to the quality of living in the city and its dwelling. This approach points to a significant improvement in people's quality of life. Public policies are being developed to provide the quality of life of these urban and rural populations.

Keywords: Quality of Life. Urban Life. Master Plan.

Introdução

São considerados trabalhadores no Brasil todos os homens e mulheres que exercem atividades para sustento próprio e/ou de seus dependentes, qualquer que seja sua forma de inserção no mercado de trabalho, nos setores formais ou informais da economia (BRASIL, 2001). O trabalhador tem a sua atividade laboral desenvolvendo-se na cidade ou no campo, na área urbana ou na área rural. Atualmente, no Brasil, mais de 80% da população mora e trabalha nas cidades e 20% moram e se dedicam a atividades laborais no campo. Em 1988, preocupados com os elementos de qualidade de vida e função social da propriedade, os constituintes deram especial atenção a questões de Reforma Urbana e Direito à Propriedade como elementos essenciais ao desenvolvimento da sociedade. Surge então a Política Urbana através da Lei nº 0.257/01 – O Estatuto da Cidade. Entendeu-se que o mau uso da propriedade se reflete diretamente na vida de todos os cidadãos de uma cidade, por isso a Constituição Federal deu à propriedade uma feição mais social e menos individualista.

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9090 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

Qualidade de vida

A expressão “qualidade de vida” anda, atualmente, muito em voga em diversos domínios, mas o seu significado é muito complexo, subjetivo, muito abrangente e varia em função da época, das crenças e da pessoa. A qualidade de vida tem a ver com a forma como cada um se vê e vê o mundo, e a avaliação dessa qualidade é feita de acordo com critérios, tais como a educação, a profissão, a escolaridade, as necessidades de cada um e as condições de habitação, mobilidade e lazer, que são diferentes para cada pessoa. Compreende aspectos como a saúde, a educação, o transporte, a moradia, o trabalho e a participação nas decisões, em situações muito variadas como o atendimento digno em caso de doença e de acidente, o nível de escolaridade, o conforto e a pontualidade nas deslocações, a alimentação em quantidade suficiente e em qualidade e as decisões políticas sobre deveres e direitos comunitários (AZEVEDO; KITAMURA, 2006).

Sob esta ótica e dentro de suas atribuições, os urbanistas modernos, nos seus projetos, tentam estabelecer relações entre moradia, trabalho, lazer e poder de decisões de maneira a propiciar ao cidadão as melhores condições de desenvolvimento pessoal e profissional, através de técnicas de zoneamento territorial que permitam morar com qualidade e trabalhar com facilidade e a ter opções de lazer (BRASIL, 2005). Adite-se a estes elementos uma das questões mais urgentes da era contemporânea, que é a mobilidade urbana com rapidez e segurança.

A qualidade de vida nas cidades

Quando se fala em qualidade de vida não se refere somente à prática de exercícios físicos e cuidados com a saúde, mas também a diversos fatores que determinam se uma pessoa leva ou não uma vida adequada de acordo com seus padrões pessoais e profissionais. Assuntos relacionados à segurança e lazer ajudam na construção de uma ideia básica de qualidade de vida. Com a crescente necessidade de termos sucesso em todos os setores da vida, trabalho, família, amigos, o insucesso em um desses setores pode se refletir radicalmente no outro. Um trabalhador submetido a condições degradantes nestes aspectos transfere para a sociedade e para o seu trabalho toda a impossibilidade de se realizar. No que se refere à cidade, onde vive o trabalhador, vemos que as questões de segurança pessoal e patrimonial, mobilidade, moradia e lazer são condições para a realização da família e pleno desenvolvimento no trabalho (SILVA, 1999).

Uma cidade ou região, que apresente condições ideais de transporte coletivo, mobilidade eficiente e eficaz, moradia adequada e opções de lazer, constituem o cenário ideal para o desenvolvimento perceptivo de uma realização pessoal e familiar. Por outro lado, questões urbanas mal resolvidas, como violência e poluição, afetam a qualidade de vida da família e, por conseguinte, vão minando sua capacidade laboral (ZIR, 2006).

Os planos de ordenamento territorial – o plano diretor

O plano diretor territorial, em que um dos papéis é o de determinar instrumentos de controle urbanístico e de gestão do planejamento, deve contemplar diretrizes estratégicas, como Ambiente Natural Qualificado, Ambiente Construído Qualificado, Ordenamento Territorial, Promoção Econômica, Promoção Social e Gestão Participativa, estas imprescindíveis para atingir a sustentabilidade social, econômica e ambiental urbana e rural nas cidades (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, 2006).

Políticas públicas, como o Estatuto da Cidade, oferecem os instrumentos para a gestão participativa destes planos visando à inclusão social da sociedade no processo da administração dos problemas das cidades (BRASIL, 2005).

Considerações finais

Diante da leitura realizada, verifica-se que a preocupação com a qualidade de vida do trabalhador está relacionada não só a uma maior produtividade no seu trabalho, mas também, está relacionada ao seu modo de vida nas cidades ou no campo. Salários justos, relevância do trabalho, flexibilização empresarial e das exigências de produção são aspectos importantes para a promoção da qualidade de vida do trabalhador. Porém, no contexto geral das condições ideais da vida humana, não se pode deixar de lado as condições a uma vida extraempresa saudável. Os planos urbanísticos e as políticas públicas modernas preocupam-se com estas premissas e tentam qualificar as áreas urbanas e rurais de maneira a permitir o melhor desenvolvimento das sociedades.

Referências

AZEVEDO, V. A. Z.; KITAMURA, S. **Stress, trabalho e qualidade de vida**. Qualidade de vida e fadiga institucional. Campinas: IPES Editorial, 2006.

BRASIL. Estatuto da Cidade: Guia para implementação pelos Municípios e Cidadãos. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana**. 3. ed. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação: Raquel Rolnik, 2005.

(____). Ministério da Saúde do Brasil, Organização Pan-Americana da Saúde/Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho**. Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde Série A. Normas e Manuais Técnicos, n. 114. Brasília/DF, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Joinville – Lei nº 261/08**. Instituto de Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville IPPUJ. Outubro/2006.

SILVA, M. A. D. **Exercício e qualidade de vida**. São Paulo: Atheneu, 1999.

ZIR, G. C. **O Papel dos Planos Diretores na Busca da Qualidade de Vida**. Caxias do Sul, 2006.

Artigo recebido em 30/05/17. Aceito em 10/07/17.

ACESSIBILIDADE DE CADEIRANTES – MUSEU DA ÁGUA DE BLUMENAU/SC

Accessibility of wheelchairs - Blumenau Water Museum / SC

Camila Gabriela Schwabe¹
Evely Mendes Duarte¹
Jéssica Bassani dos Santos¹
Vanessa Bertelli¹
Marcelo Danielski¹

Resumo: Dada a importância da construção de espaços acessíveis para a maior integração de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, independente das diferenças existentes entre seus cidadãos e a infraestrutura oferecida, o presente trabalho se propõe a analisar a acessibilidade do Museu da Água, que se localiza na cidade de Blumenau, no bairro Boa Vista. Na análise efetuada a partir de algumas dimensões retiradas da edificação, com base na NBR 9050, verificamos que o edifício, ao todo, não possui acessibilidade por não conter rampas de acesso e espaçamentos suficientes para circulação de um cadeirante. Consequentemente, a falta de acessibilidade em espaços públicos impõe limites à execução de tarefas aos cadeirantes, não fornecendo condições para utilização dos espaços, mobiliários e equipamentos com segurança e autonomia.

Palavras-chave: Acessibilidade. Infraestrutura. NBR 9050.

Abstract: Due to the importance of the construction of accessible spaces for a greater integration of a truly inclusive company, independent of its needs and the infrastructure offered, the work is favorable to the analysis of the accessory of the Water Museum, which locates the city of Blumenau, View. In the analysis made from some dimensions taken from the building, based on NBR 9050, we verified that the whole building does not have accessibility because it does not contain access ramps and enough spaces for the circulation of a wheelchair. Consequently, a lack of accessibility in public spaces imposes limits on the execution of chair maintenance, does not provide conditions for the use of spaces, furniture and equipment with security and autonomy.

Keywords: Accessibility. Infrastructure. NBR 9050.

Introdução

Abordaremos no presente trabalho o assunto sobre acessibilidade de uma edificação localizada em Blumenau/SC – Museu da Água.

Foi feita a análise da edificação com base nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2015), que define acessibilidade como sendo a possibilidade de condições de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança de espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, que é de fundamental importância para as pessoas que circulam nos edifícios e construções.

O trabalho teve a participação de pessoas que visitaram o local e responderam a um questionário sobre acessibilidade e se a edificação atende a todos os requisitos para todos os visitantes em geral. Analisaremos quais são as dificuldades e facilidades que a construção oferece, tratando-se de um ambiente aberto para visitação.

O artigo é resultado de uma avaliação da disciplina de Metodologia Científica do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Para o desenvolvimento desta pesquisa, o professor da disciplina

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI –. Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9090 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

estabeleceu alguns critérios como método de avaliação, dentre eles, a escolha de uma edificação de uso público e com mais de um pavimento. Nesta edificação será aplicada a NBR 9050, que implica apenas as condicionantes que direcionam a acessibilidade de cadeirantes, que é o foco principal da pesquisa. Com base nessas informações, identificaremos se a edificação atende às regras estabelecidas pela norma exigida. Para isto, desenvolvemos um método de avaliação do local através de uma pesquisa de campo. Utilizamos um questionário quantitativo com voluntários que estavam próximo ao local e, com isso, obtivemos um resultado final.

História do Museu da Água de Blumenau/SC

Criada em 1943, a Caixa D'água, como era chamada, teve grande importância na constituição do centro urbano da cidade, levando água para os moradores que habitavam a região.

O Museu da Água de Blumenau está localizado na Rua Lages, no Bairro Boa Vista, onde funciona a Estação de Tratamento de Água – SAMAE (ETA I), é a primeira estação de tratamento de água construída em Blumenau. O museu recebe água direto do Rio Itajaí-Açu, que abastece boa parte do centro da cidade e dos bairros no entorno.

Desde 1999 o local é aberto à visitação de estudantes e turistas,   atualmente um dos pontos mais visitados na cidade. O museu permite conhecer o acervo de peças, equipamentos, fotos e documentos que contam um pouco da história do abastecimento de água na cidade.

No local o visitante pode conhecer todas as etapas do processo de coleta e purifica o da água, até sua distribui o na rede pública de abastecimento.

Em 2012 o museu passou por uma revitaliza o, onde foi realizada a reforma de toda a estrutura para visita o, incluindo a repintura das paredes e a manuten o de itens.

O museu fica no alto de uma colina no centro da cidade de Blumenau, por possuir um mirante, proporciona uma das vistas mais belas e panorâmicas da cidade.

NBR 9050

O tema acessibilidade está sendo bastante discutido nos últimos anos, pois a sociedade está percebendo com mais facilidade a importância de incluir todas as pessoas, independente da sua condi o física, para que ninguém se sinta desconfortável ao frequentar algum ambiente. A acessibilidade está recebendo uma aten o bastante significativa nesse aspecto, o que   muito importante, pois boa parte das pessoas com deficiência física trabalham, estudam e precisam de espaços adequados.

Ao pensar em um espaço devidamente preparado para receber o cadeirante, logo vem em mente que este espaço deve possuir rampas de acesso. Contudo, a acessibilidade vai muito além de rampas, por isso, neste trabalho, foi tomado como referência a NBR 9050, que nos descreve quais aspectos devem ser observados para tornar um ambiente adequado ao cadeirante.

Os cadeirantes precisam estar incluídos no espaço como qualquer outro frequentador, e para isso ele deve ter o direito de ir e vir de forma independente e segura no ambiente. As limita es que o mesmo possui são as mais variadas e as mais comuns estão relacionadas   locomo o, onde uma dimensão mínima para que a cadeira passe e gire deve ser levada em conta. As portas também devem possuir uma dimensão mínima, além de estarem devidamente projetadas para que abram para fora, principalmente no caso dos sanitários. Outro fator muito importante, para que auxilie o cadeirante a se locomover, são as prote es colocadas nas laterais das rampas para evitar acidentes.

Para chegarmos a um resultado relevante em relação à acessibilidade de cadeirantes, devemos começar a projetar e pensar em todos, não apenas para alguns. Devemos pensar em como um cadeirante pode usufruir determinado espaço ainda em fase de projeto e não achar uma maneira de incluir o mesmo no ambiente, depois da edificação concluída.

Resultados e discussões sobre dimensões

A partir das fotos apresentadas, é claramente visível que o cadeirante não terá a acessibilidade que lhe é necessária para poder conhecer, de maneira independente, o Museu da Água de Blumenau/SC. O cadeirante não conseguirá acessar o espaço, se locomover e observar os itens em exposição tranquilamente sem esbarrar nos mesmos sem o auxílio de outra pessoa. Além disso, não poderá utilizar o sanitário e não aproveitará a paisagem que o mirante traz da cidade de Blumenau. A locomoção independente do cadeirante se limita apenas ao estacionamento e pátio de entrada.

Foi aplicado um questionário de múltipla escolha sobre o acesso de cadeirantes no Museu da Água de Blumenau/SC. O mesmo foi aplicado para duas mulheres e dois homens não cadeirantes, entre 20 e 35 anos, e uma mulher cadeirante com 50 anos.

Analisando os questionários, percebemos que as respostas, de uma forma geral, são iguais entre os participantes não cadeirantes. Eles conseguiram acessar o prédio e não tiveram dificuldades em transitar no local e conseguiram acessar todos os espaços fornecidos, como sanitário, salas, estação de tratamento e mirante. Apenas um dos participantes não cadeirante mencionou que não conseguiu andar por todo espaço sem dificuldade, pois para ele os itens em exposição poderiam estar mais distantes, já que em corredores mais estreitos ele teve que tomar cuidado para não esbarrar em nenhum objeto. Segundo informações obtidas no questionário, não há problemas no Museu da Água de Blumenau em relação à locomoção para pessoas sem deficiência física, e para todos a experiência foi satisfatória.

Já o questionário feito com a participante cadeirante nos trouxe respostas totalmente diferentes das apresentadas pelos não cadeirantes. A cadeirante não conseguiu acessar o prédio sem auxílio, pois o mesmo não possui rampas, apenas escadas. Confirmamos pelo questionário também que, após o auxílio para acessar o local, a cadeirante se deparou com diversos obstáculos limitadores e não conseguiu se locomover no local, tão pouco acessar o segundo andar do prédio. Sendo assim, a experiência para ela não foi satisfatória. Por meio do questionário conseguimos evidenciar ainda mais que o local não possui acessos adequados nas portas, sanitários e corredores.

Pátio de entrada e estacionamento

Ao desembarcar do carro, o cadeirante não encontra dificuldade de locomoção, pois o caminho é asfaltado e sem desníveis até a edificação. Porém é importante conter uma proteção lateral com no mínimo 0,15 m de altura e superfície de topo com contraste visual medido através do LRV (valor da luz refletida) de, no mínimo, 30 pontos em relação ao piso, para os cadeirantes.

Figura 1. Estacionamento e pátio de entrada



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2016).

Entrada principal

Ao se aproximar do acesso principal da edificação, o cadeirante encontra o primeiro obstáculo, deparando-se com uma escada. Segundo a ABNT (2015), NBR 9050, o acesso para cadeirantes deve ser por meio de uma rampa com inclinação máxima de 8%. Apesar da largura da porta ser de 2 m, onde um cadeirante entraria com facilidade, a falta da rampa o impede de entrar. Sendo assim, o cadeirante precisa do auxílio de pessoas para ter acesso.

Figura 2. Entrada principal



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2016).

A rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas. A rota acessível externa incorpora estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevadas ou não), rampas, escadas, passarelas e outros elementos da circulação. A rota acessível interna incorpora corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores e outros elementos da circulação (ABNT, 2015, p. 54).

Entrada lateral

Existe também um acesso lateral, porém o cadeirante encontrará o mesmo obstáculo. Além de possuir escadas, esse acesso não possui largura suficiente para um cadeirante receber auxílio, pois a largura da escada é de 0,80 m, e a norma exige, no mínimo, 0,90 m para passar somente o cadeirante.

Figura 3. Entrada lateral



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2016).

Interior da edificação

No interior da edificação os acessos para os outros andares do museu são feitos somente através de escadas, com largura de 1 m e degraus com 0,30 m de altura. O espaço não conta com elevadores, sendo assim, após entrar no local com o auxílio de outra pessoa, o cadeirante não consegue acessar os demais andares da edificação, limitando-se somente ao primeiro.

Figura 4. Escadas no interior do edifício



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2016).

Sanitários

O sanitário possui uma porta com 0,60 m de largura, o que impede a entrada de um cadeirante, pois sua cadeira tem no mínimo 0,60 m. Além disso, para o deslocamento de 360° dentro do sanitário, o mesmo precisa ter um círculo de 1,50 m de diâmetro, no mínimo, e o sanitário deve conter barras de apoio fixadas firmemente, possuindo diâmetro de 3,5 a 4,5 cm. Isso torna o sanitário totalmente inacessível para cadeirantes. Além disso, a porta não abre para fora, desrespeitando mais um aspecto descrito na NBR 9050. O lavatório deve permitir a aproximação frontal, estando suspenso e sem coluna, fixado a 0,80 m do piso e com altura livre de 0,70 m, e o comando de torneira a 0,50 m, no máximo, da face externa frontal do lavatório e as torneiras devem ser do tipo célula fotoelétrica ou similar.

De acordo com a ABNT (2015), é importante que os puxadores ou maçanetas das edificações tenham a altura de 0,80 m a 1,10 m e estejam a uma distância de 40 mm da superfície da porta para ser acessível.

Figura 5. Sanitário



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2016).

Exterior

No exterior do museu existe uma fonte com vista para o centro de Blumenau, porém é totalmente inacessível para os cadeirantes, pois o acesso é feito somente por escadas com largura de 1,00 m.

Figura 6. Fonte na parte externa



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2016).

Cobertura e mirante

O acesso para a cobertura, onde possui um mirante, é feito por meio de escadas, onde mais uma vez o cadeirante é impedido de acessar. O espaço na cobertura permitiria que o cadeirante se deslocasse tranquilamente, porém nenhum cadeirante consegue acessar esse local.

Exposição de objetos

O cadeirante não consegue transitar pelo primeiro piso sem esbarrar em algum objeto em exposição, pois os mesmos se encontram muito próximos, e também para a circulação de uma pessoa sem deficiência e um cadeirante, a largura necessária do corredor é de 1,50 m, no mínimo. Para a rotação de 90° de um cadeirante é necessário, no mínimo, 1,20 m x 1,20 m.

Segundo a ABNT (2015, p. 9), “[...] a largura mínima necessária para a transposição de obstáculo isolado com extensão de no máximo 0,40 m deve ser de 0,80 m [...]. Quando o obstáculo isolado tiver uma extensão acima de 0,40 m, a largura mínima deve ser de 0,90”

Figura 7. Espaço entre os objetos em exposição



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2016).

Considerações finais

Este trabalho nos proporcionou uma percepção detalhada de como a acessibilidade para cadeirantes é de extrema importância para a sua independência, mobilidade e, principalmente, a sua integração com a sociedade.

Na visita de campo foi possível a comprovação de que o Museu da Água de Blumenau/SC não é acessível. Dentre as medições realizadas no local especificou-se que o local não é embasado nas normas da ABNT, NBR 9050. Notou-se que a edificação não segue os padrões e normas que lhe são estabelecidas e não oferecem as condições mínimas de acessibilidade para que o cadeirante garanta o seu direito de ir e vir.

Realizadas as entrevistas no local de estudo, observou-se que pessoas que não utilizam cadeira de rodas não tiveram problemas quanto ao acesso à edificação, já a cadeirante entrevistada não conseguiu acessar ao menos o primeiro pavimento da edificação.

Observou-se que a edificação possui deficiência para a eliminação dos obstáculos, necessitando de projetos acessíveis. Acredita-se que deveria haver um bom senso por parte da administração do local, para que haja a inclusão da acessibilidade. Dessa forma, espera-se uma reavaliação para que o cadeirante aumente sua autonomia.

Referências

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

MÜLLER, Antonio José; BAZZANELLA, André; TAFNER, Elisabeth Penzlien; SILVA, Everaldo da. **Caderno de Estudos de Metodologia Científica**. Indaial: UNIASSELVI, 2013.

PREFEITURA DE BLUMENAU. **Museu Da Água**. 2015. Disponível em: <<http://turismoblumenau.com.br/o-que-fazer/museus/museu-da-agua/detalhe>>. Acesso em: 20 maio 2016.

Artigo recebido em 30/05/17. Aceito em 10/07/17.

SUSTENTABILIDADE GLOBAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Global sustainability and local development

Vitor Hugo Serrer Ferreira¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento local diante de uma realidade globalizada, suas características e peculiaridades. Para isso, primeiramente, será feita uma análise dos pormenores conceituais que envolvem o desenvolvimento local e as suas características. Em seguida, analisar-se-á a globalização, suas nuances e impactos na sociedade, tanto do ponto de vista cultural quanto econômico. E, finalmente, adentrar-se-á no cerne da questão: o desenvolvimento local e a globalização, destacando suas características, a importância de um desenvolvimento local efetivo, tanto no presente como no futuro, e a necessidade de integração deste crescimento local com as demandas globais.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Globalização. Local.

Abstract: The present article aims to analyze local development in the face of a globalized reality, its characteristics and peculiarities. For this, first, an analysis of the conceptual details that surround the local development and its characteristics will be made; Next, will be analyzed the globalization, its nuances and impacts on society, both culturally and economically. And finally, it will go to the heart of the question: local development and globalization, highlighting its characteristics, the importance of effective local development, at the present and future, and the need to integrate this local growth with the Global demands.

Keywords: Development. Globalization. Regional.

Introdução

O desenvolvimento local, hodiernamente, é tido como uma barreira a ser transposta para que se alcance uma sociedade mais justa e igualitária. Nos meios acadêmicos, temas como políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local e sustentabilidade são constantemente discutidos.

Entidades públicas e privadas têm investido para que este desenvolvimento aconteça. Para isto, é primordial que haja um comprometimento, por parte dos envolvidos, para diminuir as diferenças sociais, tanto em nível local como global.

Esse desenvolvimento deve acontecer sobre sustentáculos basilares políticos econômicos sustentáveis. Desta forma, o desenvolvimento do presente não pode significar o não desenvolvimento ou a escassez de determinado bem futuramente.

No Brasil, o abismo social que separa ricos e pobres ainda é um percalço na efetivação de um desenvolvimento sustentável nas suas regiões.

Hodiernamente, todos os países estão, de certa forma, integrados, haja vista que essa integração faz com que o desenvolvimento de cada localidade que os integram, também precise de um crescimento que atenda às necessidades locais, sem deixar de atender às demandas globais.

Neste sentido, o presente artigo tem como escopo destacar os pormenores inerentes ao desenvolvimento local no mundo globalizado. Para isso, primeiramente será demonstrado os aspectos conceituais que envolvem o desenvolvimento local e o que é globalização, para finalmente chegarmos ao cerne do presente trabalho: o desenvolvimento local no mundo globalizado.

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI –, Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 E-mail: vserrer@yahoo.com.br

Para realizar o trabalho foi utilizado o método de pesquisa bibliográfico, fazendo primeiramente a leitura de diversos livros, artigos e periódicos sobre o assunto, para posteriormente excluir os menos relevantes e incluir os mais relevantes, diante dos questionamentos levantados.

Desenvolvimento local – conceitos e definições

O termo desenvolvimento é, normalmente, utilizado para identificar um processo de mudança, que traga melhoria ou um crescimento. Quando o desenvolvimento em questão é de um país, este deve estar atrelado a iniciativas que visem o crescimento em âmbito local, pois a inserção de determinados programas voltados a áreas específicas, conforme as necessidades da região, potencializam o crescimento.

A palavra desenvolvimento, usualmente, é empregada para definir ascensão, progresso, crescimento. Cada localidade necessita de um incentivo específico, de acordo com as suas demandas. Por isso, é preciso avaliar a cultura, os valores e as necessidades financeiras de cada local (OLIVEIRA, 2001).

Para Fragoso (2005), o desenvolvimento local é a possibilidade que se tem de vislumbrar um futuro promissor, sendo que este futuro almejado é possibilitado através de ações públicas e privadas. Os objetivos principais dessas ações seriam a melhoria da qualidade de vida da população na qual está inserida.

Esse desenvolvimento em nível regional engloba várias características que lhes são peculiares. O crescimento local vai além da melhoria tecnológica, isto é, está diretamente ligado à melhoria contínua da qualidade de vida da sociedade, possibilitando uma melhora econômica e cultural.

Uma iniciativa que proporcione crescimento à determinada região pode não proporcionar o mesmo resultado em outra, podendo até causar o retrocesso dessa região em vez de propiciar seu crescimento.

Ao longo dos anos percebemos como as pessoas se organizaram para terem bens que pudessem proporcionar condições de vida melhor, suprimindo, dessa maneira, necessidades, muitas vezes inexistentes, porém criadas e impostas.

Hodiernamente existem diversas opções tecnológicas que facilitam o dia a dia do cidadão e propiciam às empresas uma produção com menor custo e em um tempo menor. No entanto, estas facilidades não trazem apenas benefícios à sociedade, exemplos disso são a poluição ambiental, problema com segurança, falta de vagas de emprego para absorver a demanda existente. Esses problemas estão diretamente ligados à globalização.

“Com efeito, a contra face da globalização não parece ser a uniformização e padronização mundial dos estilos de desenvolvimento, mas, ao contrário, a valorização do local e da diversidade, como diferencial de qualidade e competitividade. Economia criativa” (REIS, 2008, p. 32).

É na cultura do local, onde as políticas voltadas para o desenvolvimento são determinadas para definir quais as estratégias de crescimento local serão adotadas, já que cada localidade é construída sobre um sustentáculo basilar, que é a cultura do seu povo.

O desenvolvimento local é um processo de mudanças contínuas que propiciam o melhoramento econômico e cultural de uma região específica. Esse desenvolvimento deve ser pautado na sustentabilidade, estimulando as potencialidades locais e melhorando as suas deficiências.

Além destes aspectos, esse desenvolvimento deve acontecer de forma sustentável, do ponto de vista ambiental, haja vista que o crescimento presente não pode comprometer o futuro da localidade. Além disso, deve ocorrer de forma intrínseca, através da exploração das potencialidades existentes na localidade, para que, assim, o avanço obtido seja sustentado em longo prazo.

As ações voltadas para o crescimento local devem ser estrategicamente organizadas segundo sua potencialidade econômica, levando-se em consideração a necessidade de programar políticas que visem o desenvolvimento local junto ao avanço tecnológico e a capacitação da mão de obra desse espaço territorial delimitado.

Diante de um mundo globalizado e em constante mudança, o desenvolvimento local precisa ser feito de forma contínua. Sabe-se que, às vezes, a população local precisa abandonar velhos hábitos e se adequar às mudanças que ocorrem no mundo. Por isso cabe às lideranças, através de projetos locais, conscientizar as pessoas dessa necessidade de mudança e adaptação contínua às demandas globais.

O fato de determinada localidade produzir e vender com sucesso algum bem, não garante que o mesmo trará os mesmos resultados futuramente ou que os resultados, mesmo sendo os mesmos, sejam condizentes com a realidade fática atual ou futura.

A globalização

O termo globalização surgiu a partir dos anos 1980, substituindo conceitos como transnacionalização e internacionalização. Esse conceito, surgido principalmente em países industrializados, teve como pressuposto a existência de uma economia mundial.

No entanto, foi apenas em 1990 que o termo globalização passou a ser empregado de forma positiva, definindo uma interação da economia em nível mundial. Essa nova conjuntura econômica mundial deu vazão à criação de estratégias econômicas voltadas a atender à demanda mundial.

A globalização é fruto da demanda em nível mundial. Essas demandas impõem ao mundo uma cultura econômica e política de determinados países, fazendo com que as empresas e os governos tenham que se moldar a essas exigências.

Já Santos (2001) afirma que no processo de globalização o espaço geográfico ganha novas definições. Desta forma, criou-se uma filosofia de interconectar os espaços geográficos. No entanto, essa filosofia tem causado algumas controvérsias, já que dá vazão à supremacia do global sobre o local, propiciando a desigualdade entre os povos.

Essa nova ordem, voltada para a globalização, tem trazido um legado de desigualdade, com aumento de pessoas relegadas à exclusão social (SANTOS, 2001).

Essa interconexão de comunidades em nível mundial trouxe outros aspectos a salutar, como por exemplo, o acesso ao conhecimento, o qual era limitado a um número inexpressivo de pessoas, sendo que hoje alcança uma grande maioria.

Além disso, a globalização teve grande influência na cultura atual, e na maneira com que as pessoas se relacionam. Hoje, ao contrário do que acontecia antigamente, é perfeitamente possível se comunicar em tempo real com qualquer pessoa, mesmo estando no outro lado do mundo. As redes sociais permitem que todos compartilhem suas atividades diárias com os demais, não importando em que país esteja.

Economicamente, com a mudança no cenário mundial, essa interconexão entre os povos fez com que os produtos, que antes eram limitados a uma localidade, se tornassem disponíveis à toda população mundial, fortalecendo, dessa forma, a economia. No entanto, num outro ponto de vista, uma crise em determinada parte do mundo também pode refletir negativamente em todo mundo.

Com a globalização a cultura de massa tem se destacado, fazendo com que a cultura popular seja suprimida, muitas vezes. Para Santos (2001), é corriqueiro ver em todo lugar a cultura de massa tentando se impor ante a cultura popular. Entretanto, mesmo com a pressão para a adoção de uma cultura massificada, a cultura popular ainda se mantém viva, sendo que em algumas localidades utiliza-se da cultura massificada para se difundir.

Segundo Santos (2001), a globalização tem feito com que as relações interpessoais fiquem cada vez mais virtuais, *vide* a popularização das redes sociais. Mudança esta, diretamente relacionada com o aumento da violência e a facilidade em se manter um relacionamento a distância.

Atualmente, as pessoas perderam o hábito de manter contato com outras pessoas, deixando que as inseguranças as façam substituir o contato real pelo virtual.

Desenvolvimento local no mundo globalizado

Para que haja um desenvolvimento em nível local são necessárias mudanças econômicas e políticas, principalmente voltadas para a diminuição das desigualdades sociais.

Um desenvolvimento local exige a integração entre a sociedade e o governo, visando reconhecer quais as necessidades destas localidades e as medidas a serem tomadas para que estas sejam supridas. Essa união desencadeia uma realidade de participação dos cidadãos na busca por um desenvolvimento sustentável. Neste sentido, “em particular, ao se deslocar boa parte das iniciativas do desenvolvimento para o nível local, aproxima-se a decisão do espaço onde o cidadão pode efetivamente participar, enfrentando em particular a questão das periferias urbanas que se tornaram a forma dominante da manifestação da nossa tragédia social” (DOWBOR, 2008, p. 85).

Desta forma, como outrora já comentado, o desenvolvimento local pressupõe não somente o crescimento econômico, mas uma melhoria na qualidade de vida das pessoas que integram a localidade. Entende-se por melhoria as condições de crescimento profissional, pessoal e cultural dos cidadãos envolvidos (CARVALHO, 2004).

O Estado cada vez mais precisa implementar medidas que proporcionem aos populares a participação efetiva nas decisões voltadas para o desenvolvimento, já que estes serão os beneficiados. Segundo explica Ladislau Dowbor:

Estes objetivos nos levam ao conceito de articulação da regulação local com o poder do Estado. Apesar de apontar para uma política localmente enraizada, um desenvolvimento alternativo requer um Estado forte para implementar as suas políticas. Um Estado forte, no entanto, não precisa ser pesado no topo, com uma burocracia arrogante e enrijecedora. Será mais bem um Estado ágil e que responde e presta conta aos seus cidadãos. É um Estado que se apoia amplamente numa democracia inclusiva na qual os poderes para administrar os problemas serão idealmente manejados localmente, restituídos às unidades locais de governança e ao próprio povo, organizado nas suas próprias comunidades (DOWBOR, 2006, p. 2).

No entanto, o crescimento local deve estar em consonância com as demandas globais, uma vez que a globalização, a cultura e a economia não se limitam territorialmente. Uma crise econômica na Europa, por exemplo, pode trazer consequências econômicas para outros países. Sobre essa necessidade de suprir as demandas externas e internas, Ávila (2006, p. 17) assevera que:

A da relação do mundo desenvolvido com suas próprias periferias, carências e pobreza internas e socioeconomicamente desequilibradoras; a da atual relação de dependência e subjugação do mundo subdesenvolvido ao mundo desenvolvido; a da relação do mundo subdesenvolvido com suas próprias chances de efetiva e emancipadamente se desenvolver (tornando-se capaz de romper às amarras tanto internas quanto externas que o prendem ao subdesenvolvimento), a partir de comunidades-locais concretas e bem definidas.

Desta forma, entende-se que o desenvolvimento local está atrelado às necessidades globais. Para isso, as localidades devem aprender a identificar quais as características internas e externas que as impedem de se desenvolver.

A conscientização da necessidade de um desenvolvimento sustentável local deve emergir da própria comunidade a qual será beneficiada por esse desenvolvimento. Por isso o envolvido deve participar ativamente deste desenvolvimento, como argumenta o autor abaixo:

A concepção de Desenvolvimento Local (como processo de desenvolvimento cultural e socioeconômico emergente de dentro para fora da própria comunidade/localidade, em escala emancipatória que a alce à condição de sujeito e não de mero objeto mesmo – que - participante desse processo) só agora vem chegando à tona de maneira sistematicamente trabalhada, razão pela qual as instâncias públicas e privadas do Brasil e de quaisquer outros países ainda não tiveram oportunidade e sequer preocupação de vincarem a essência lógica do DL endógeno emancipatório em suas políticas e programações institucionais (ÁVILA, 2006, p. 138).

Desta forma, uma aparente distorção entre globalização e as características locais serve de bússola norteadora dos fatores que determinam o desenvolvimento.

A globalização está diretamente associada à produção em massa e à padronização dos processos produtivos, exigindo, entretanto, que as localidades se adequem a esse sistema. Para isso, é fundamental um investimento em educação e em tecnologia.

Em tecnologia porque as empresas locais precisam se adaptar às necessidades do mercado externo. E, em educação, pois essas empresas necessitam de pessoas que saibam manusear e entender tal tecnologia.

Por isso não existe desenvolvimento local sem investimentos significativos no desenvolvimento dos cidadãos que residem na localidade. Esse investimento engloba melhoras na qualidade de vida, educação e cultura.

Além disso, as necessidades impostas pelo mundo globalizado exigem que as empresas, para manterem-se competitivas, tenham um profundo conhecimento do mercado no qual estão inseridas. Isso requer um investimento em capital humano muito maior do que em décadas atrás. Essa nova realidade faz com que o desenvolvimento local ocorra de forma humanizada.

Isso significa que a necessidade de políticas públicas, que visa estimular os moradores da localidade a desenvolverem-se profissionalmente, pode ser feito com a oferta de cursos profissionalizantes, subsídios que permitam o acesso ao ensino superior, investimentos em pesquisas, entre outros.

Estes investimentos permitirão que a demanda por profissionais capacitados seja suprida pelos moradores locais, agregando, dessa forma, a mão de obra local, desenvolvimento e aumento da renda dos trabalhadores.

A importância de tais variáveis locais deriva, fundamentalmente, das cadeias de relações que são necessárias à inovação. Ainda que as conexões internacionais (e a globalização) tenham importância, a influência dos sistemas locais e nacionais de ensino, de relações industriais, institucionais, políticas, governamentais e culturais são tão – e na maioria das vezes – mais relevantes.

Considerações finais

Após a elaboração do presente artigo percebeu-se que um desenvolvimento global efetivo depende do conhecimento que os gestores têm em relação ao que realmente necessitam as comunidades. Ademais disto, além de conhecer a localidade, permite que conheçam quais as demandas globais presentes e futuras.

A participação dos cidadãos e da comunidade local também é outro fator importante para o sucesso das políticas públicas implementadas, visando desenvolver a região em questão.

Essas políticas precisam estar voltadas não apenas para o desenvolvimento econômico, mas também para o desenvolvimento social e cultural da região. Além disso, para que esse desenvolvimento seja efetivo, ele precisa acontecer em consonância com a diminuição das desigualdades sociais, já que não existe desenvolvimento associado ao enriquecimento de uma classe em detrimento do empobrecimento de outra.

Diante disso, conclui-se que a globalização trouxe diversos benefícios, expansão dos mercados, acesso à informação, investimentos maciços em tecnologia, entre outros. No entanto, trouxe também diversas desvantagens, como o empobrecimento de uma parcela da sociedade. Desta forma, investir em desenvolvimento local é primordial para diminuir essa disparidade gerada pela globalização e garantir a sustentabilidade a longo prazo destas localidades. Esses investimentos em desenvolvimento local devem suprir também as demandas globais, impostas à localidade.

Referências

ÁVILA, Vicente Fideles. Realimentando discussão sobre teoria de desenvolvimento local (DL). Interações - **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 8, n. 13, set./2006.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica: alternativas de gestão social**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **O desenvolvimento local e a racionalidade econômica**. Rede de Tecnologia Social RTS. 2006. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/artigos/artigos-2006/o-desenvolvimento-local-e-racionalidade-economica/>>. Acesso em: 29 out. 2014.

FRAGOSO, António. Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas. **Rev. Lusófona de Educação**, n. 5, p. 63-83, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Pólis, 2001.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento/organização**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Crítica à governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 72, p. 7-44, out. 2005.

_____. Processos de globalização. **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. Porto: Afrontamento, p. 31-106, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Artigo recebido em 30/05/17. Aceito em 10/07/17.

RIO { Resgate | Integração | Origem }



ANÁLISE | JUSTIFICATIVA

Falar sobre rios é falar de suas águas, é falar do seu movimento, falar de cheias e secas, falar sobre medo e por fim, falar de vida. Deste modo, chegamos a pergunta chave: *Como as cidades têm tratado seus rios?*

Para responder essa pergunta, selecionamos uma cidade Brasileira do interior do estado de **Santa Catarina**, localizada na Região do Vale do Itajaí. **Timbó** fica a aproximadamente 175 km a noroeste da capital Florianópolis e seu principal acesso se dá pela Rodovia BR 470. Geograficamente bem posicionada, “**A Pérola do Vale**” como é chamada, é polarizadora da micro região. Cortada por dois importantes rios (**Benedito e Dos Cedros**) que se unem e formam um dos principais afluentes do Rio Itajaí Açu; esses mesmos rios que trouxeram a colonização e o desenvolvimento da cidade trazem recorrentemente enchentes.

Nos últimos anos a cidade vem ganhando destaque por conta de uma gestão eficiente, fato que concedeu ao município o título de **10ª melhor cidade do país para se viver**. Para isso, Timbó tem apostado na criação de espaços públicos de lazer para alavancar seu desenvolvimento. Porém, como é sabido, somente espaços públicos de lazer não são o suficiente. Pela falta de planejamento regional e municipal em relação ao sistema de movimento, a cidade vem entrando em colapso ao que se refere a **mobilidade**.

Analisando a **área central** da cidade é possível perceber os espaços públicos citados anteriormente, destaque para o parque urbano Henry Paul e a Praça Central que representam os principais “**Pontos Geradores de Energia Urbana**” da área em questão (vide mapa área central).

Estudando esta área, podemos perceber que os “Pontos Geradores de Energia” estão dispostos em volta do rio, porém, na prática não há contato direto com as águas. Fato que se dá, por conta do medo causado pelas cheias dos últimos anos, onde a população desenvolveu um sentimento de **receio perante o rio**. Tanto que, nos principais pontos, como no parque urbano, todos os equipamentos são dispostos no centro do parque, fazendo com que o **contato com o rio seja meramente visual**.

Ainda analisando os pontos geradores de energia, podemos perceber um aglomerado dos mesmos no centro da área (distantes dos rios), fazendo com que este seja o local de maior movimento em diversos horários do dia. Em contra ponto, o parque

aparece como um refúgio, atraindo a população para a ponta oeste do centro de Timbó. Fato que nos leva a questionar: *O que acontece na ponta oposta?*

Após uma profunda pesquisa feita sobre o local, constatamos que o lugar guarda fortes **memórias**. Antigamente, por volta dos anos 90, conhecida como “**Prainha do Schroeder**” a área servia como um ponto de encontro entre população e o rio, onde aconteciam momentos de convívio entre amigos e familiares. O rio ainda era **berço de cultura**, segundo relatos dos moradores da região, o local era usado principalmente pela Religião Evangélica para o ritual conhecido como Batismo em Águas.

Contudo, após a ocorrência de alguns afogamentos, o local se transformou em **sinônimo de perigo**. Atualmente, a área pertence a Prefeitura de Timbó, e foi batizado como “**Parque das Cerejeiras**”, devido a forte presença da árvore frutífera. Porém, não representa nada mais que um espaço coberto por vegetação e entregue ao **abandono**, o contato com o rio foi esquecido e a população prefere manter-se distante.

EMBASAMENTO DE PROPOSTA

A proposta se baseia na **reestruturação do ambiente urbano**, propondo uma melhoria significativa no sistema de movimento atual, para que assim a área passe a **integrar** todos os equipamentos existentes e novos modais.

A partir disso, chegamos a **Proposta Macro**, onde o principal objetivo é **conectar os equipamentos**, integrando os mesmos com os Rios. A conexão é proposta através de um **parque linear** que margeia os rios e a **reurbanização do eixo principal** entre o Parque Urbano Henry Paul e o **Parque das Cerejeiras**.

Já a **Proposta Micro** consiste em **resgatar** o contato direto da população com o rio, porém, de uma forma segura e **contemporânea**. Por isso, o projeto prevê o resgate da antiga “Prainha do Schroeder”, atual “Parque das Cerejeiras” que agora passará a se chamar “**Prainha das Cerejeiras**”, projetando uma **piscina pública** inspirada nos modelos de Berlim (Alemanha) e Copenhague (Dinamarca), gradeada submersa nas águas do Rio Dos Cedros, por ser o rio que apresenta as melhores condições ambientais para banho em águas e pelas **fortes memórias** da área de intervenção. Além disso, o intuito é **integrar esportes náuticos e radicais com a paisagem do ambiente**. Ressaltando assim, que **os rios podem e devem exercer o papel de agente integrador da cidade**, restabelecendo o convívio harmônico entre ambiente natural e urbano.

LOCALIZAÇÃO



SISTEMA DE MOVIMENTAÇÃO VIÁRIA ATUAL



ÁREA CENTRAL DE Timbó



PONTOS GERADORES DE ENERGIA

- Parque Urbana Henry Paul
- Sociedade Recreativa e Cultural de Timbó
- Paróquia Evangélica de Confissão Luterana
- Praça Central
- Prefeitura Municipal de Timbó
- Complexo Jardim do Migrante (tombamento Federal)
- Fundação Cultural de Timbó
- ? O que acontece na área?

VIAS EXISTENTES

- Via Arterial
- Via Coletora
- Via Local

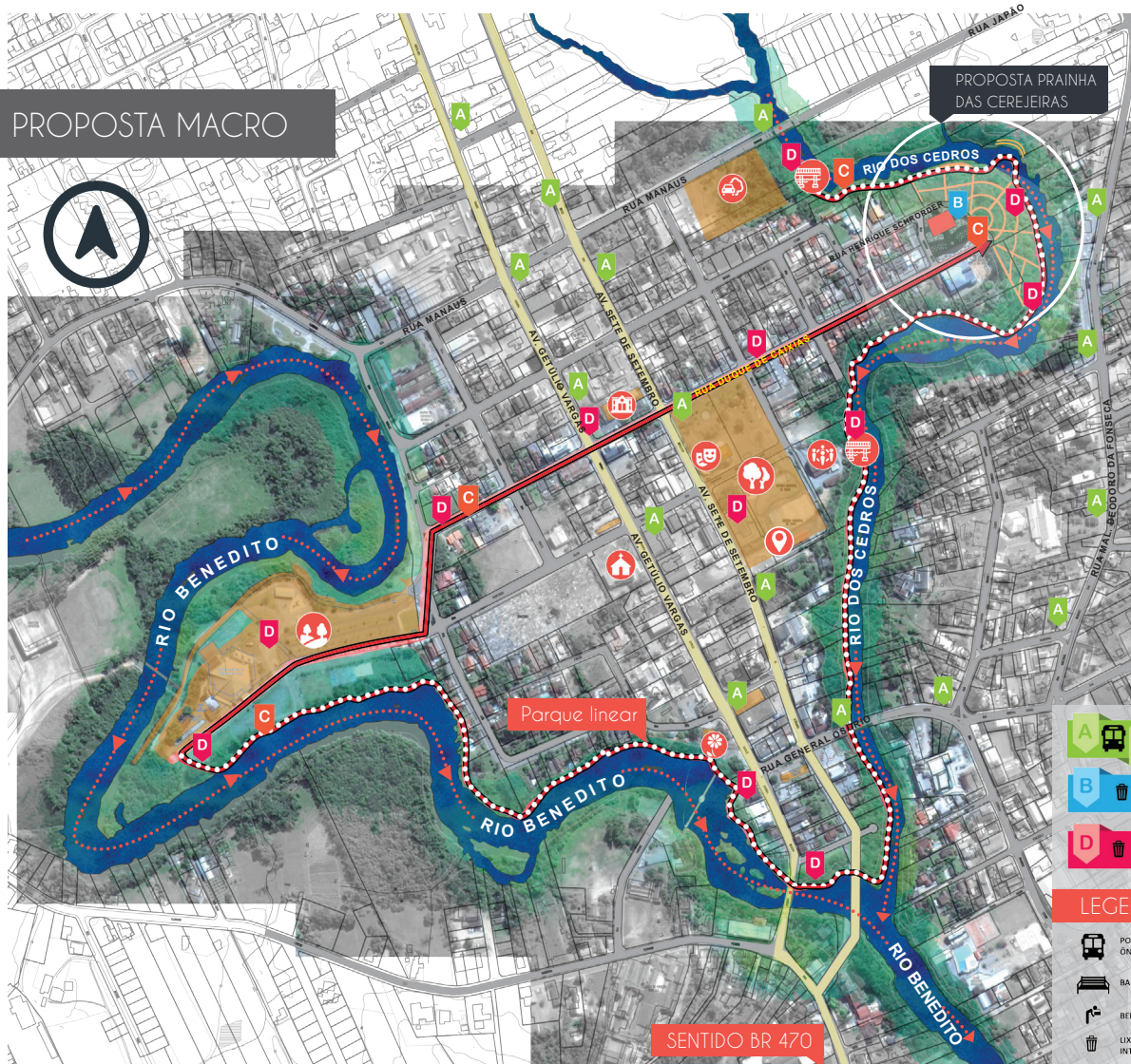
SISTEMA DE MOVIMENTAÇÃO VIÁRIA PROPOSTA



SISTEMA DE MOVIMENTAÇÃO VIÁRIA

- Ciclofaixa | Ciclovia
- Corredor Exclusivo de transporte Coletivo
- Baía | Faixa de estacionamento

PROPOSTA MACRO



LEGENDA DE ÍCONES

- Pier
- Praça Central
- Prefeitura
- Parque Henry Paul
- Complexo Jardim do Migrante (tombamento Federal)
- Sociedade Cultural
- Paróquia Evangélica
- Fundação Cultural
- Estacionamento Autorizado
- ESTAÇÃO INTERMODAL

* Reativação do terminal de ônibus antigo, porém com nova usina de terminal intermodal, incluindo novos modos: bicicleta, patins, skate e suprindo suas necessidades: pontos de taxi/Uber e base de ônibus.

- Proposta de Conexão
- Parque Linear

GRUPOS DE MOBILIÁRIOS

- A** INDI CADA MAPA
- B** A CADA 500m EM VIAS LOCAIS
- C** A CADA 30m
- D** A CADA 700m

LEGENDA MOBILIÁRIO

- PONTO DE ÔNIBUS
- BICICLETÁRIO / ALUGUEL DE BIKE
- BANCO
- TOTEIN INFORMATIVO
- BEBEDOURO
- POSTE DE ILUMINAÇÃO
- LIXEIRA INTELIGENTE

SENTIDO BR 470

ATRATIVOS PROPOSTOS



Parque Linear

Possibilita a integração entre os demais pontos geradores de energia da cidade, incluindo o pedestre e o ciclista em um contato direto com a cidade e o rio, dando origem a um percurso atrativo e ecológico.



Atrativo Nautico

Percurso seguro e fiscalizado em toda área do prainha das cerejeiras, onde inclui vários equipamentos para prática de esportes e lazer náuticos possibilitando o contato com o rio.



Deck Flutuante

Molda o formato da piscina, utilizando um sistema de boias flutuantes e pistões, o deck se eleva naturalmente na época de cheia do rio, desta forma não colocando em risco a estrutura. Proporcionando um percurso diferenciado ao pedestre e ciclista, promove o contato entre as pessoas e o rio.



Edifício Inteligente

Edifício existente em fase de construção, a proposta prevê a reformulação de sua estrutura, trazendo novos usos para o prédio, integrando o mesmo a proposta do parque. Tendo o pavimento térreo sob pilotis, com espaço destinado a feira de artesões locais, nos demais pavimentos oficinas variadas integrativas para todos os públicos e na parte superior um espaço para contemplação do prainha das cerejeiras contendo uma tirolesa que promete trazer adrenalina para os mais corajosos.



Feira de Artesões

Possibilita a inclusão do morador local, apresentando e divulgando seu trabalho, conecta e atrai pessoas.



BWC / Vestiário

Equipamentos de apoio que possibilita infraestrutura básica para a população utilizar os espaços, praticar esportes e ter onde trocar de roupa ou tomar banho. Feitos com containers reciclados vindo da região portuária de Itajaí - SC.



Piscina

Segura e gradeada, seu formato se molda ao desnível do rio, desta forma as pessoas podem nadar tranquilas como em uma prainha. Contém posto salva-vidas para reforçar a segurança do local.



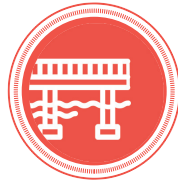
Prainha das Cerejeiras

Originária desta região, as cerejeiras são árvores predominantes neste local, a idéia é preservar esta vegetação. Caracterizada com copas altas, ela permite a livre circulação pelo solo.



Arquibancada

Localizadas na outra margem do rio, tem seu acesso pelo sistema viário ou pela Jangada, possibilita uma visão privilegiada do prainha das cerejeiras e aos esportes náuticos.



Pier

Ponto de contemplação do rio e embarque e desembarque dos transportes náuticos.



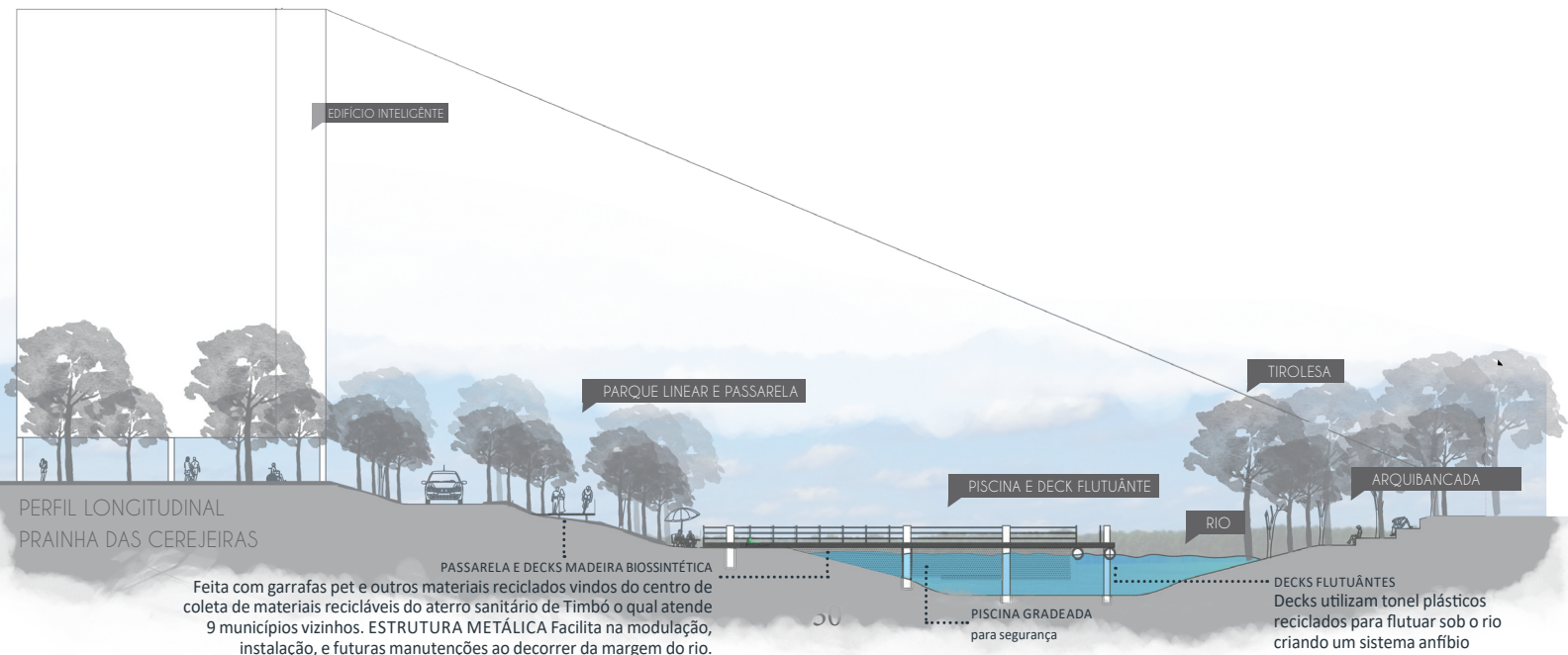
Jangada

Possibilita o acesso de pessoas e ciclistas a outra margem do rio de forma segura e rápida, sendo uma alternativa para os que desejam um contato com as águas de uma forma segura e divertida.



Tirolesa

Localizada na parte superior do edifício inteligente, possibilita uma aventura cruzando o prainha das cerejeiras, onde possui seu ponto de parada na outra margem do rio, o intuito é criar uma conexão entre margens de uma forma diferente e atrativa.



PROPOSTA PRAINHA DAS CEREJEIRAS

